



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 12/2025

1. OBJETO

1.1. O presente estudo técnico preliminar (ETP) tem por objeto assegurar a viabilidade técnica da futura contratação, bem como subsidiar a elaboração do Termo de Referência e seus anexos, com informações suficientes e necessárias, que possibilitem a identificação da melhor solução para a contratação da aquisição.

1.2. Pretende-se, assim, analisar a viabilidade técnica da contratação pretendida e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, sugerindo a melhor solução para contratação da prestação de serviços ora pretendida, conformidade com o disposto no ARTIGO 6º, inciso XX da Lei nº 14.133/2021, para atender as necessidades do órgão nos termos a seguir.

2. ÓRGÃO INTERESSADO

2.1. Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso por meio dos Magistrados, autoridades, colaboradores, servidores e jurisdicionados no âmbito do Estado de Mato Grosso.

3. UNIDADE REQUISITANTE

3.1. Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (CMil/TJMT).

4. JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A CMil/TJMT possui, dentre suas atribuições institucionais, a responsabilidade de assistir direta e imediatamente à Presidência do TJMT no desempenho de suas funções, incluindo a prevenção e o **gerenciamento de crises em situações de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional**. Além disso, atua no assessoramento em assuntos militares e de segurança, na **coordenação das atividades de inteligência e contrainteligência**, na condução do cerimonial militar e na preservação da segurança pessoal do Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral e outras autoridades quando determinado, bem como na proteção física dos prédios e unidades do Poder Judiciário Estadual.



4.2. A Resolução nº 435/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, define no artigo 3º que a atividade de inteligência de segurança institucional é caracterizada pela atuação permanente e sistemática, por meio de ações especializadas que proporcionem condições adequadas de segurança, permitindo que magistrados e servidores exerçam suas atribuições com plena garantia de integridade e confidencialidade.

4.3. Em consonância com as diretrizes da Resolução supracitada e com as demandas institucionais, torna-se **imperiosa a implementação de medidas efetivas que assegurem não apenas a proteção física, mas também a proteção de dados e informações sensíveis**, mitigando riscos associados à interceptação ilícita de conversas e vazamento de informações estratégicas.

4.4. Neste contexto, para garantir a integridade dos ativos informacionais, impõe-se a adoção de recursos tecnológicos de contrainteligência, que permitam proteger os ambientes institucionais contra práticas de espionagem, especialmente aquelas viabilizadas pelo uso de dispositivos modernos de gravação de áudio, cada vez menores, mais discretos e de difícil detecção, tais como *smartphones*, *smartwatches*, canetas espiãs, entre outros.

4.5. A utilização de **Bloqueadores de Gravadores de Áudio Analógico e Digital**, modelo *HARP SPEECH PROTECTOR*, é imprescindível às atividades desenvolvidas pela Assessoria Militar de Informações e Operações (AMIO), vinculada à CMil/TJMT, como ferramenta de contramedida técnica, atuando na neutralização de capturas não autorizadas de áudio em reuniões e ambientes estratégicos, assegurando o cumprimento das normas de segurança da informação e de proteção de dados, inclusive em consonância com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.6. A atividade de contrainteligência, pilar da segurança institucional, contempla ações sistemáticas de prevenção, detecção, obstrução e neutralização de ameaças, protegendo dados, informações e recursos humanos ou materiais. Ressalta-se que, além do uso permanente dos bloqueadores, são realizadas varreduras técnicas periódicas nos ambientes sensíveis, com vistas à detecção e eliminação de eventuais dispositivos de espionagem.

4.7. Em 2024, o TJMT realizou a aquisição inicial de **04 unidades do Bloqueador HARP SPEECH PROTECTOR**, por meio do **Contrato nº 024/2024 – CIA 0010687-19.2024**, em razão da disponibilidade orçamentária vigente. Para 2025, está prevista a **ampliação do quantitativo com mais 04 unidades**, que permitirão uma cobertura ampla e completa dos ambientes estratégicos,



principalmente da sala de reuniões da Presidência do TJMT, além de outros espaços sensíveis que demandem reforço nas medidas de proteção.

4.8. Tal aquisição está devidamente alinhada ao **Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso**, especificamente aos objetivos constantes no **Plano de Trabalho Anual (PTA) e Plano Anual de Contratações (PAC) de 2024 e 2025**, e ao **OKR 2024 – KR1**, que estabeleceu como meta a "mitigação dos riscos de gravações não autorizadas de conversas em reuniões sensíveis, mediante a aquisição de 4 equipamentos HARP", representando uma redução de 50% do risco identificado em 2024, com previsão de mitigação total (100%) mediante a aquisição complementar em 2025.

4.9. Dessa forma, a demanda ora formalizada por meio deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), visa à contratação complementar dos Bloqueadores de Gravadores de Áudio Digital e Analógico – modelo HARP SPEECH PROTECTOR, assegurando a continuidade da política de segurança institucional, além de atender integralmente às premissas técnicas, operacionais e estratégicas delineadas para garantir um ambiente seguro, livre de ameaças às informações sensíveis do Poder Judiciário

5. ALINHAMENTO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5.1. O presente Estudo tem por finalidade subsidiar o processo de contratação de empresa especializada no fornecimento de bloqueadores de gravadores de áudio analógico e digital, destinados a atender às demandas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso (PJMT).

5.2. Esta iniciativa está diretamente alinhada aos macrodesafios do Plano de Gestão 2021-2026, especialmente no que se refere ao fortalecimento da segurança institucional, à promoção da sustentabilidade e ao aperfeiçoamento da gestão administrativa, pilares essenciais para assegurar a proteção dos ativos informacionais e institucionais desta Corte.

5.3. A presente contratação visa, ainda, **atender às diretrizes estabelecidas na Resolução nº 435/2021 do CNJ**, que dispõe sobre a Política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, reforçando o compromisso desta instituição com a proteção de informações sensíveis e a mitigação de riscos associados à espionagem e ao vazamento de dados. Ademais, a contratação encontra-se devidamente alinhada às metas estabelecidas no **PTA e PAC de 2025**, integrando-se às ações estratégicas da CMil/TJMT no fortalecimento das medidas de contrainteligência e de segurança institucional.



6. IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS INTERCORRÊNCIAS HAVIDAS NA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

6.1. Consultados os Fiscais do Contrato nº 024/2024 – CIA 0010687-19.2024, que originou a aquisição de unidades de Bloqueadores de Gravadores de Áudio Analógico e Digital, modelo HARP SPEECH PROTECTOR, informaram que não houve qualquer tipo de intercorrência durante toda a tramitação do processo de aquisição até a efetiva entrega dos equipamentos.

6.2. Tal fato confirma a viabilidade técnica e operacional da solução anteriormente contratada, bem como a aderência do fornecedor às exigências contratuais e às especificações técnicas, o que reforça a segurança quanto à continuidade da adoção deste modelo para a presente contratação.

7. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

7.1. Requisitos Mínimos do HARP SPEECH PROTECTOR:

- a) Deve possuir capacidade de emissão de ruído ultrassônico em 360 ° graus;
- b) É possível incluir faixas de voz realizada pelo interlocutor que garante o aumento;
- c) Controle fácil de usar: possuir botão liga/desliga no dispositivo ou aplicativo mobile;
- d) Possuir indicador de aparelho ligado;
- e) Fonte de alimentação flexível: o dispositivo deve operar com rede de 110V/220V (BIVOLT);
- f) Padrão para uso em cima ou embaixo de mesas, escrivaninhas ou superfícies semelhantes durante as reuniões;
- g) Possuir atualização de software do bloqueador para inclusão de outros equipamentos com função de captura de áudio (essa atualização é necessária para prolongar a utilidade do aparelho contra novas ameaças);
- h) Possuir certificação de segurança (INMETRO, ISO, ou outro órgão reconhecido nacional ou internacionalmente);
- i) Possuir garantia mínima de 12 meses;
- j) Possuir bateria externa com capacidade para 6 horas de operação ininterruptas (com os dois modos ligados);
- k) Possuir entrada rosca única para utilização em tripés;
- l) Possuir kit de fixação para forro de gesso, mesa e forro mineral;
- m) Possuir modo de ativação por energia, para que o equipamento comece a operar sem que seja necessária a conexão via aplicativo;



- n) Possuir case militar resistente a impacto para transporte;
- o) Largura de banda de frequência de ruído gerado deve ser no mínimo de 24kHz a 26 kHz;
- p) Emitir ruído ultrassônico estruturado complexo para interferência de gravação ou escutas. (gravadores, celulares, escutas clandestinas, etc);
- q) Direção omnidirecional de interferência (360 °);
- r) Deve possuir alcance efetivo médio de interferência não inferior a 2 metros;
- s) Possuir botão liga / desliga ou controle remoto bluetooth/RF;
- t) Possuir controle via aplicativo mobile;
- u) Sinal de controle protegido por senha;
- v) Dimensões totais: 250 x 250 x 100 mm;
- x) Peso não superior a 2 kg;
- y) Possuir suporte para instalação em Drywall, no chão ou teto;
- z) Faixa de temperatura de operação 0° a 40° C.

8. LEVANTAMENTO DAS OPÇÕES DISPONÍVEIS

8.1. Foi realizada pesquisa de mercado com o objetivo de identificar as soluções existentes no mercado nacional que atendam aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos para o atendimento das necessidades do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso (PJMT). Na análise, foram considerados critérios de **economicidade, eficácia, eficiência, padronização, sustentabilidade e qualidade**.

8.2. O levantamento de mercado confirmou a possibilidade de atendimento integral à demanda, de modo a assegurar os resultados pretendidos com a presente contratação. Para tanto, foram adotadas as seguintes fontes de pesquisa:

8.2.1. Licitações e contratações anteriores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

8.2.2. Resolução nº 400/2021 do CNJ, que orienta as contratações no âmbito do Poder Judiciário, especialmente no que tange à segurança institucional e à adoção de práticas sustentáveis e eficientes;

8.2.3. Contratações e aquisições similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, tanto no âmbito do Poder Judiciário quanto de outros entes da administração direta e indireta.



8.3. Da análise realizada, constatou-se que, em razão da especificidade, sensibilidade e complexidade do objeto, voltado à área de inteligência e contrainteligência institucional, o mercado nacional é restrito quanto à oferta de soluções que atendam aos parâmetros técnicos exigidos.

8.4. Ademais, verifica-se que, por se tratar de **produto específico** — “HARP SPEECH PROTECTOR” —, já adotado por este Tribunal de Justiça, a ampliação do parque de equipamentos deve ocorrer mediante a aquisição do mesmo modelo, a fim de garantir:

- Padronização da solução tecnológica;
- Compatibilidade operacional entre os equipamentos existentes e os a serem adquiridos;
- Facilidade na manutenção preventiva e corretiva;
- Eficiência operacional e plena integração funcional;
- Racionalização dos recursos públicos, evitando custos adicionais decorrentes de adaptações técnicas, treinamento, e manutenção de soluções heterogêneas.

8.5. Portanto, resta tecnicamente justificada a opção pela aquisição do modelo **HARP SPEECH PROTECTOR**, em razão da sua plena aderência aos requisitos técnicos, da experiência positiva na contratação anterior e da inexistência de alternativas equivalentes no mercado nacional que atendam com o mesmo grau de eficácia, eficiência e segurança institucional.

9. INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

9.1. Após análise das soluções disponíveis no mercado e considerando as necessidades específicas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, a Coordenadoria Militar concluiu que a solução mais adequada para atender aos requisitos técnicos e institucionais é a aquisição de **Bloqueadores de Gravadores de Áudio Analógico e Digital**, modelo **HARP SPEECH PROTECTOR**, fabricado pela empresa **Santor Security Inc.**

9.2. A escolha fundamenta-se nos seguintes elementos:

- **Padronização da solução tecnológica já adotada pelo TJMT**, uma vez que o equipamento mencionado já integra o acervo patrimonial da Instituição;
- **Compatibilidade e continuidade operacional**, permitindo a ampliação da cobertura de proteção sem necessidade de ajustes técnicos ou treinamentos adicionais;
- **Necessidade de expansão da proteção ambiental**, especialmente na sala de reuniões da Presidência, local estratégico onde são tratados assuntos sensíveis e de alta confidencialidade institucional;



- **Histórico positivo da contratação anterior**, sem registro de intercorrências ou falhas técnicas, conforme relato dos fiscais do Contrato nº 24/2024;
- **Restrição mercadológica** verificada na pesquisa de preços, demonstrando que o modelo indicado é a única solução atualmente compatível com os critérios de eficiência, eficácia e segurança institucional exigidos.

9.3. Dessa forma, a adoção da referida solução apresenta-se como **a mais eficiente, econômica e tecnicamente viável**, assegurando plena aderência ao planejamento estratégico do PJMT, à Resolução nº 435/2021 do CNJ, e às diretrizes previstas no Plano de Trabalho Anual (PTA) 2025 desta Corte.

10. DAS NORMAS QUE REGULAMENTAM A CONTRATAÇÃO

10.1. Para a presente contratação, foram observados os seguintes normativos:

- Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto nº 10.024/2020 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns;
- Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras;
- Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Resolução nº 347/2000-CNJ - Dispõe sobre a política de Governança das Contratações Pública;
- Resolução nº 400/2021-CNJ - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU – 6ª ed. (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>);
- Plano de Logística Sustentável TJMT 2021-2026 (disponível em: <https://tjmt.jus.br>);
- Portaria TJMT/PRES nº 1.135/2022 - Comissão Permanente de Recebimento de Materiais do Tribunal de Justiça de Mato Grosso;
- Portaria TJMT/PRES nº 355/2023-C.ADM – Atualiza o Marco Regulatório que estabelece normas gerais sobre a administração do patrimônio - bens móveis e imóveis - do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;



- Resolução nº 435/2021 - Dispõe sobre a política e o sistema nacional de segurança do Poder Judiciário e dá outras providências.

11. ESTIMATIVAS DA QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO

11.1. O quantitativo necessário para a presente contratação foi previamente definido pela Assessoria Militar de Informações e Operações (AMIO) deste Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT), por meio do Documento de Formalização de demanda (DFD), com a devida anuência da Senhora Coordenadora Militar, Cel PM Jane de Sousa Melo, observando-se os limites orçamentários previstos no Plano de Trabalho Anual (PTA) 2025, e visa complementar a solução já existente no âmbito desta Corte, conforme item contextualização constante no item 4.8 deste ETP.

11.2. Considerando a estratégia de fortalecimento das medidas de segurança institucional, bem como a necessidade de cobertura integral dos ambientes críticos, o quantitativo estimado para esta contratação é de:

- **04 (quatro) unidades do Bloqueador de Gravadores de Áudio Analógico e Digital – Modelo HARP SPEECH PROTECTOR**, da fabricante **Santor Security Inc.**

11.3. Ressalta-se que este quantitativo se mostra suficiente e adequado para assegurar a proteção dos ambientes de maior sensibilidade, considerando a análise técnica realizada pela AMIO, os critérios de distribuição dos equipamentos, bem como a estratégia de expansão da segurança institucional adotada pela Coordenadoria Militar do TJMT.

11.4. A definição deste quantitativo está alinhada ao planejamento estratégico, aos critérios de eficiência, eficácia, economicidade e à **continuidade operacional da solução atualmente implantada**, garantindo, assim, a plena salvaguarda das informações sensíveis e a mitigação dos riscos de interceptações ou gravações não autorizadas no âmbito deste Poder Judiciário.

2º GRAU		
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (UNIDADE)
01	HARP Speech Protector e insumos Código aplic: 00076310	04



12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado da solução é de **R\$ R\$ 666.666,66 (seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, conforme **Anexo A do Termo de Referência**.

13. DO NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

13.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizou a devida análise quanto à **possibilidade de parcelamento da contratação**, conforme estabelece o item 3.8, alínea “b”, do Anexo III da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017. A avaliação considerou critérios como: a estrutura do mercado fornecedor, a viabilidade técnica e econômica da divisão, os riscos de perda de escala e a necessidade de garantir o melhor aproveitamento do mercado com vistas à ampliação da competitividade.

13.2. Após análise, restou **evidenciado que não é viável o parcelamento** do objeto, tendo em vista:

- A **especificidade técnica do equipamento**, que exige padronização e compatibilidade com os dispositivos já existentes no acervo do PJMT;
- A **necessidade de uniformidade na solução**, em razão da natureza estratégica do uso em ambientes sensíveis (tais como a sala de reuniões da Presidência), o que inviabiliza a fragmentação do fornecimento;
- A **economia de escala** gerada pela aquisição conjunta, resultando em redução de custos e maior vantajosidade para a Administração Pública.

13.3. Diante do exposto, recomenda-se que a contratação seja realizada em **Lote Único**, conforme autoriza o art. 40, § 3º, incisos I e II da **Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de aquisição que:

- Representa maior **viabilidade econômica** ao se concentrar a contratação em um único fornecedor;
- **Assegura a padronização técnica** e operacional da solução a ser implantada;
- Atende ao interesse público com **eficiência, segurança e economicidade**.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. A contratação da solução é autônoma e não prescinde de contratações correlatas ou interdependentes.



15. RESULTADOS PRETENDIDOS

15.1. A presente contratação visa alcançar benefícios diretos e indiretos que impactam de forma significativa na eficiência das atividades de contrainteligência, promovendo a salvaguarda dos ativos institucionais, especialmente no que tange à proteção de informações sensíveis e estratégicas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

15.2. Dentre os principais resultados e benefícios esperados com a adoção da solução proposta, destacam-se:

- **Reforço da segurança institucional**, por meio da mitigação de riscos associados à interceptação e à gravação não autorizada de informações sensíveis;
- **Elevada economicidade**, mediante a otimização de recursos humanos, materiais e financeiros já disponíveis na instituição;
- **Padronização tecnológica**, assegurando a interoperabilidade e a integração com os equipamentos já existentes no âmbito da Coordenadoria Militar (CMil) e da Assessoria Militar de Informações e Operações (AMIO);
- **Confiabilidade operacional**, garantida pela utilização de equipamentos de alta performance e com respostas técnicas fidedignas, devidamente validados pela experiência da equipe técnica;
- **Preservação do sigilo institucional**, visto que as ações de monitoramento, prevenção e varredura são executadas exclusivamente por servidores capacitados e integrantes da área de inteligência (Policiais Militares lotados na AMIO/CMil);
- **Fortalecimento da política de segurança institucional**, em estrita conformidade com a Resolução nº 435/2021 do CNJ, que estabelece diretrizes para o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário;
- **Redução dos riscos operacionais**, mediante a adoção de medidas de contrainteligência proativas, assegurando ambientes protegidos contra ameaças tecnológicas e eletrônicas.

15.3. Portanto, a aquisição do equipamento proposto é medida essencial para o fortalecimento da segurança institucional, contribuindo para que o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso continue exercendo suas atividades com plena garantia de confidencialidade, segurança e integridade das informações.



16. DA MODALIDADE SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza comum do objeto, devidamente caracterizada pela possibilidade de descrição objetiva, clara e precisa dos requisitos técnicos e operacionais, a **modalidade de licitação sugerida é o Pregão, na forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta o Pregão Eletrônico no âmbito da Administração Pública Federal e, por extensão, aplicado subsidiariamente.

16.1. A adoção do Pregão Eletrônico encontra respaldo na caracterização do objeto como bem comum, cuja especificação permite a comparação objetiva das propostas, bem como na busca pela ampla competitividade, celeridade e otimização dos recursos públicos.

16.2. A escolha desta modalidade se justifica, ainda, pelas vantagens inerentes ao formato eletrônico, que incluem:

- Maior alcance e participação de fornecedores em âmbito nacional;
- Redução de custos operacionais para a Administração;
- Aumento da competitividade, com obtenção de propostas mais vantajosas;
- Maior transparência nos procedimentos;
- Eficiência e celeridade na condução do certame.

16.3. Por fim, ressalta-se que o **critério de julgamento adotado será o de menor preço**, conforme previsto na legislação vigente, uma vez que o objeto apresenta especificações objetivas e homogêneas, sendo possível aferir a proposta mais vantajosa exclusivamente com base no preço ofertado, assegurada a plena conformidade às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

17. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

17.1. Os materiais especificados quando tiverem o seu ciclo de vida útil finalizado serão descartados de maneira correta e sustentável pelo setor competente do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

17.2. Ademais, todo objeto que não mais possuir utilização para a PJMT será encaminhada para a destruição/reciclagem conforme a Instrução Normativa N° 01, de 19 de Janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras.



18. DA NÃO NECESSIDADE DE CLASSIFICAR A INFORMAÇÃO COMO ACESSO RESTRITO OU SIGILOSO

18.1. Não há necessidade de classificação da informação como acesso restrito ou sigiloso.

19. RISCOS DA AQUISIÇÃO

19.1. Percebe-se, em toda contratação, alguns acontecimentos incertos que podem vir a impactar negativamente o projeto. O intuito do gerenciamento de riscos é o de minimizar os riscos e incertezas sobre a contratação, maximizando as oportunidades.

19.2. Os riscos analisados na presente aquisição estão descritos no mapa de riscos no **Anexo II** deste ETP.

20. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Com base no exposto acima, a Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso considera que **a contratação é viável**, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.

LISTA DE ANEXOS:

Anexo I – Documento de Formalização de Demanda (DFD);

Anexo II – Mapa de Risco 12/2025;

Cuiabá-MT, 06 de Novembro de 2025.

Caroline **Bianca** de Almeida Vieira Chiroli – **TEN CEL PM**
Assessora Militar de Planejamento em Aquisições
Matrícula TJMT nº **43.367**
CPF: 994.664.651-04

Elaborado: Túlio Aquino **Monteiro** da Costa – **Maj PM**
Auxiliar da Assessoria Militar de Planejamento em Aquisições
Matrícula TJMT nº **43.342**
CPF: 005.835.311-99